

N. 49

RELIGIÃO DA HUMANIDADE

Fundada, sob a angélica inspiração de *Clotilde de Vaux*,
por *Augusto Comte*.

O Amor por princípio e a Ordem por base;
O Progréssos por fim.

Viver ás claras.

Viver para óutrem.

Órdem e Progréssos.

—:—

A Liberdade Espiritual

E

A Secularização dos Cemitérios

POR

R. TEIXEIRA MENDES

SEGUNDA EDIÇÃO

TEMPLO DA HUMANIDADE

74, RUA BENJAMIN CONSTANT, 74

Séde Central da Igreja Positivista do Brazil

RIO DE JANEIRO

Agosto de 1935

Anno CXLVII da Grande Revolução e XLVII da Republica Brasileira

\$200

Conferências Públicas

Na sede da Igreja Positivista do Brazil (*Templo da Humanidade* — rua Benjamin Constant, 74, Glória) ha conferencias públicas todos os domingos, ao meio dia, destinadas à explicação do Catecismo Positivista de Augusto Comte e mais as seguintes comemorações:

1 de Janeiro — Festa da Humanidade; 19 de Janeiro — Festa de Rozália Boyer; Natividade de Augusto Comte; 5 de Abril — Morte de Clotilde; 21 de Abril — Comemoração fúnebre de Tiradentes; 3 de Maio — Descuberta do Brazil; comemoração dos antecedentes portuguezes e indigenas; 4 de Maio — Comemoração de Jorge Lagarrigue, Th. Carson, Richard Congrève, A. Crompton, Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes, e outros apóstolos positivistas falecidos; 13 de Maio — Abolição da escravidão no Brazil; comemoração do concurso da raça africana, e glorificação de Toussaint Louverture; 14 de Julho — A Revolução Franceza; 15 de Agosto — Festa da Mulher; 5 de Setembro — Morte de Augusto Comte; comemoração de Sofia Bliaux; 7 de Setembro — Independência do Brazil; glorificação de Jozé Bonifácio; 8 de Outubro (7 nos anos bissestos) — Festa de Clotilde e Augusto Comte; 12 de Outubro — Descuberta da América; 15 de Novembro — Fundação da República no Brazil, e glorificação de Benjamin Constant; 31 de Dezembro — Festa universal dos Mortos. (*)

— x —

Sobre a ortografia uzada nesta 2ª. edição, veja-se o opúsculo *Nórmãs ortográficas*, por Miguel Lemos.

PUBLICAÇÕES POSITIVISTAS

Pódem ser encontradas na sede da Igreja Positivista do Brazil — Rua Benjamin Constant, 74 e na Livraria Quarésma — Rua S. Jozé, 73.

(*) Nos anos bissestos a comemoração é feita no dia anterior, sendo o dia 31 de Dezembro consagrado a Festa geral das Santas Mulheres.

CENTRO POZITIVISTA DO BRAZIL

Viver para outrem Ordem e Progrêso Viver às claras

A LIBERDADE ESPIRITUAL

E

A Secularização dos Cemitérios

O amor por princípio,
E a Ordem por baze;
O Progrêso por fim.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

RIO DE JANEIRO
NA SÉDE DO CENTRO POZITIVISTA
Travessa do Ouvidor n. 7

99 (1887)

práticas cuja significação frequentemente ignorão, e cuja influência moral e política por isso mesmo não sentem, alardêão forte apego por instituições, que a sua conduta de toda hora desmoraliza e arruína.

O que, na realidade, esses indivíduos projétão é manter o estado de putrefação política e moral em que se acha a sociedade moderna, creando tropeços a uma reorganização que seria o aniquillamento dos gózos que desfrutão. Tal é a composição do partido clerical, a cujos interesses inconscientemente sêrvem as nóbres almas, sobretudo femininas, ainda hoje prezas ao *culto católico*, por falta de conhecimento de outra religião, que millhór satisfação aos vótos de seus corações, sequiózos de cultura afetiva. Olhem os nóssos concidadãos para si e em torno de si, e encontrarão a confirmação do que acabamos de esternar.

Por outro lado, os partidários da secularização dos cemitérios áchão-se baldos de recursos positivos para refutar os sofismas amontoados pelo clericalismo contra a instituição civil do culto dos mortos. Com efeito, os progressistas, ou estão eivados de preconceitos materialistas, oriundos da união híbrida do espírito metafizico-teológico com o espírito científico, ou são vítimas das tradições regalistas. Tanto uns, como outros, são levados a encarar a Mórte escludivamente sob o aspéto vital e físico-químico, menosprezando o alcance social e moral dêssa imponente transformação. Nem uns, nem outros, têm dêla uma compreensão ezata e complêta, não só em relação aos que se incorporão no Passado, mas também em relação aos que hão de constituir o Futuro e aos que ficão no Presente.

A consequência é que todos esses espiritos semi-emancipados, que se pretêdem avançados, móstrão-se impotentes para legitimar as suas aspirações, tendentes a libertar a sociedade civil do jugo teológico. E então, invocando a liberdade e o progresso, descâmbão em uma tirania e retrogradação análogas àquêlas cujo predomínio deplórão; sancionando e agravando, em proveito do Estado, a confusão do poder temporal e da autoridade espiritual. E de fato, que impórta que a liberdade espiritual seja violada pelo clêro teológico, ou pelas corporações parlamentares, metafizicas e científicas?

Nêstas condições, júlgão os positivistas de seu dever intervir no debate que se está travando, para mostrar aos con-

servadores e aos liberais sincéros (1) o verdadeiro caráter da secularização dos cemitérios, conforme as indicações da Política e da Moral científicas. Estamos cértos que todos os homens de boa vontade reconhecerão, pela rápida espozuição que passamos a fazer, que a Religião da Humanidade trás a ésta questão a solução definitiva; pois que éla alia indissolúvelmente todas as satisfações de nóssas mais tocantes afeições às mais amplas condições de liberdade espiritual e civil.

Para complêta elucidação do problema, examinaremos sucessivamente: 1º, o culto dos mortos: sua instituição e seu desenvolvimento histórico; 2º, a instituição civil e normal desse culto; 3º, as objeções opóstas a ésta instituição civil

I

O CULTO DOS MÓRTOS

Inerente à constituição cerebral das espécies animais superiores, o culto dos mortos só pôde, no entanto, ser instituído pela espécie humana, em consequência do desenvolvimento social que lhe coube escludivamente realizar. Foi durante o período fetichista que esse culto surgiu espontâneamente, como ainda o atêstão os ezemplos dos povos americanos, africanos e oceânicos. É fácil de reconhecer que assim devia ser. Porque o homem, tendendo a explicar o que não sabe assimilando-o ao que conhece, é naturalmente levado a atribuir a todos os entes que o cercão uma vida análoga à sua. Toda a natureza é assim dotada das mesmas paixões, boas e más; das mesmas vontades; das mesmas opiniões que o homem reconhece em si.

Desse estado mental rezulta que, para o fetichista, a mórte não tem a mesma significação que para nós: para ele a mórte não é o aniquillamento; é apenas a passagem de um módo de vida para outro. O cadáver continúa a amar e a

(1) Pelas denominações *conservadores e liberais*, não queremos designar os que assim se chãmo entre nós; e sim os indivíduos que se preocupão respetivamente com as necessidades de *órдем* ou de *progresso*, os quais se áchão indistintamente entre os membros dos vários partidos.

odiar da mesma forma que o corpo quando ainda no gozo da atividade vital; continua a pensar; continua em suma, a ter os mesmos atributos e necessidades. Daí os costumes usados para com os mortos e que todos resultam do pensamento de garantir a conservação e defeza deles. Daí a convivência com os mortos; a consulta que se lhes faz nas ocasiões solenes; as comunicações acerca dos acontecimentos domésticos e sociais que o interessariam em vida. E' nos paizes cuja civilização resultou da plena expansão do fetichismo, como a China, que o culto dos mortos atingiu ao mais elevado grau.

O politeísmo, que succedeu ao fetichismo, resultou de um desenvolvimento da razão abstrata, em virtude de condições sociais e cósmicas que a sociologia determina, mas em cuja apreciação seria inútil entrar aqui. Nessa fase, que é o início do teologismo, a espécie humana é levada a acreditar na realidade objetiva dos entes quaisquer construídos pelo trabalho cerebral. A esses entes transportou-se então toda atividade e toda vida, imaginando-se os corpos como essencialmente inertes. E' nesse momento histórico que surgem as noções de *alma* e de *deuses*.

A partir daí a idéia da morte modifica-se e adquire o caráter que hoje tem para a maioria dos ocidentais: a morte ficou sendo o resultado da separação da alma do corpo.

Mas como a Teocracia, primeiro modo da civilização politeica, assimilou a si os resultados do período fetichico que a precedera, o culto dos mortos persistiu. Compreende-se, porém, que o respeito ao cadáver deve ter diminuído, transportando-se para a entidade *alma* a veneração que a ele tributava o fetichismo. O culto dos mortos começou desde então a tomar um caráter abstrato, cuja expansão fêz ver que ele podia persistir, mesmo desaparecendo o corpo, substituído algumas vezes por cenotáfios.

Similhante instituição resultou das leis cerebrais em virtude das quais toda imagem interior desperta, ainda que com menos intensidade, os sentimentos inerentes à realidade exterior que ela lembra. E vice-versa, toda emoção faz evocar as imagens que a ela se ligam. Os sinais, recordando as imagens, a mesma reciprocidade se estabelece entre eles e os sentimentos.

As populações politeistas militares, como os Gregos e os Romanos, continuarão a cultura do respeito pelos mortos, cultura que haviam recebido dos seus antecedentes teocráticos e

fetichistas. Uma transformação importante, que então se opera, consiste em incinerar os cadáveres como meio mais seguro de preservar as reliquias das profanações dos estranhos. E essa operação se fazia com a pompa que Homero nos descreve.

Compreende-se que similhante uso seria impossível em povos fetichistas; entre povos para os quais o cadáver continua a ser o homem e não o simples vaso onde se conteve a preciosa essência da vida.

Passadas as condições que determinarão o advento e a expansão do politeísmo, a sociedade romana entrou em decomposição política e moral. Essa decomposição foi crescendo enquanto se elaborou a nova constituição mental, base imprescindível do regimen que se lhe seguiu, e forma a civilização mediéva. Contrariamente ao que vulgarmente se pensa, similhante civilização resultou da evolução própria das forças, teóricas e práticas, que o mundo romano continha em seu seio, conforme demonstrou Aug. Comte. Ela caracteriza-se espiritualmente, pelo monoteísmo católico, e temporalmente pelo feudalismo; tendo-se estabelecido, então, pela primeira vez, a separação dos dous poderes.

Sem entrar nos detalhes de uma demonstração que deve ser estudada nas obras do Fundador da Religião da Humanidade, limitar-nos-emos a lembrar que os dógmas peculiares ao monoteísmo ocidental resultarão da necessidade de sistematizar a separação entre o poder temporal e a autoridade espiritual. E essa separação foi determinada pela situação social em que o catolicismo teve de surgir e constituir-se; isto é, proveiu de achar-se a nova religião em face da forte organização política de Roma. Similhante elaboração não foi obra de um dia: lançadas as bases pelo incomparável S. Paulo, cuja incedível abnegação fêz prevalecer um falso fundador, o dógma católico ezigiou três séculos de esforços para definir-se.

A comparação das epístolas do Apóstolo romano com os evangélhos dissipa qualquer dúvida acerca daquele a quem coube a glória dessa grande transformação religioza. As instituições católicas ali estão caracterizadas; ao passo que só a divagação metafizica as poderá fazer surgir do vago, mental e moral, dos últimos livros. Para evidenciar o que dizemos basta citar a instituição da eucaristia e a concepção da luta entre a graça e a natureza, pela qual esboçou, melhor do que o fizera Aristóteles, a teoria de nossa constituição moral. A primeira é o rezumo do catolicismo na sua fase inicial e acentuada; isto é, até o momento em que o culto da mulher pelos

cavaleiros, reagiu sobre o pensamento eclesiástico e fêz dar a primazia ao mistério da Virgem-Mãe. E essa substituição, seja dito de passagem, constituiu um progresso afetivo, intelectual e prático. (1) A segunda foi a base sistemática dessa admirável cultura moral que é e será a eterna glória do catolicismo.

Finalmente, o pretensu fundador do catolicismo jamais disse que vinha destruir a lei mozaica e sim declarou que vinha a cumpri-la. E este modo de ver está de acordo com a conduta dos cristãos de Jeruzalém, cuja aspiração consistia em judaizar o mundo, impondo-lhe incluzive a circuncisão. Ora o ensino de S. Paulo acha-se em contradição com tais teorias; e a prática da Igreja ocidental aí está, para demonstrar se foi ou não a sua influência que prevaleceu.

Entramos nêssas observações, não só para a justa glorificação de um dos maiores servidores da Humanidade, ainda hoje sacrificado a uma imerecida apoteóze; mas também porque a indicação das verdadeiras origens do catolicismo constituiu o elemento indispensável nas lutas que o clericalismo atualmente sustenta contra a reorganização da sociedade.

Como influiu o catolicismo no culto dos mortos? De um modo naturalmente muito imperfeito; porque toda adoração da creatura tornava-se um sacrilégio, visto que desviava o coração e o pensamento, da divindade. E' preciso não esquecer que, segundo a teoria católica, todos os movimentos de verdadeiro amor são o resultado do influxo divino. A salvação individual é o objecto assinalado à vida de cada fiel; e essa salvação impõe o amor de Deus sobre todos e o amor do próximo por amor de Deus. Na verdade tudo isso acaba por vir a dar no amor de si; e não pôde haver disposição mais incompatível com o culto dos mortos.

Mas o meio social reagiu sobre a doutrina produzindo duas instituições que viêrão legitimar e dar tal ou qual satisfação ás mais fortes necessidades de nossa natureza moral.

Essas duas instituições fôrão: o purgatório e o culto dos santos, completado pelo culto das imagens. Apesar do seu valor, pouco pudêrão ellas influir sobre a veneração para com o cadáver, considerado apenas como a prizão da alma. O dógma da resurreição da carne não tem o alcance que se lhe quer

(1) Vide o opúsculo do Dr. AUDIFFRENT: Saint Paul et l'Eucharistie Paris 1882.

dar; porque, segundo ele, as particulas componentes do corpo voltarão a unir-se com a respetiva alma, qualquer que seja o lugar em que se achem. Similhante dógma não podia, portanto, determinar o crente a ter pelo cadáver uma consideração especial.

Fôrão os hábitos fetichicos, assimilados pelo politeismo, que impuzêrão ao catolicismo, graças aos antecedentes romanos, as poucas honras fúnebres prestadas ao cadáver. A transição entre as duas religiões operou-se por intermédio das reliquias dos mártires, não sem despertar inquietações aos doutores, forçados a aceitar as tendências populares. Havia o medo de que essas honras se transformassem em um culto análogo ao dos deuses do politeismo. E' preciso, pois, que se não venha dar como peculiar ao espírito católico, e muito menos ao sentimento cristão, uma instituição que os directores eclesiásticos aceitáram a princípio com repugnância. (1)

Para ver como é da índole do teologismo, e sobretudo do monoteismo, a repulsa de tais práticas, bastará lembrar que entre os judeus, todo homem que tocava um cadáver ou um sepulcro ficava impuro sete dias e precisava lustrar-se com a água da purificação. (Num. cap. XIX 11, 16, 18). O soberano sacrificador não podia prestar honras fúnebres nem a seu pai, nem a sua mãe. (Levit. XXI, 10 e 11). O Nazareno estava nos mesmos cazos (Num. VI, 7) e bastava a presença de um morto repentino a seu lado para manchá-lo. (Num. VI, 9).

O conhecimento dessas prescrições explica em parte a dureza de certas frases atribuídas a Cristo, como as que se séguem. A um dos seus discípulos que lhe pedia para ir enterrar seu pai, respondeu ele: — *Sêgue-me e deixa que os mortos sepultem os seus mortos* (S. Mateus, VIII, 21 e 22). Em outra ocasião disse com crueza não menor: — *Ai de vós, Escribas e Farizeus hipócritas; porque sois similitantes aos sepulcros branqueados que parecem por fóra formozos aos homens e por den-*

1 Vide a este propósito: S. AGOSTINHO. *Cidade de Deus*, liv. 10, cap. XII e XIII e liv. 8º, cap. XXVII. Qualquer espírito emancipado encontrará aí a confirmação do que dizemos. Quanto ao dógma da resurreição, o eminente continuador de S. Paulo diz apenas (cap. XIII. Liv. 1º) que as honras fúnebres sêrvem para corroborar a fé nele. A frase — *propter fidem resurrectionis adstruendam* — não pôde ter outra significação, não só tomada em si mesmo, mas, sobretudo, a vista do cap. XII, liv. I.

tro estão cheios de ossos de mortos e de toda a asquerosidade. (Idem, XXIII, 27).

Ora, nós perguntaremos aos que atribuem ao cristianismo o culto dos mortos, na sociedade moderna, qual a passagem dos evangelhos em que Cristo revogou as prescrições da lei mozaica a que nos referimos. Ao contrário disso; eis as palavras que lhe são atribuídas: — *Não julgueis que vim destruir a Lei e os Profetas: não vim a destruí-los mas sim a dar-lhes cumprimento.* (S. Mateus, V, 27). Em outra ocasião fazem-no dizer: — *Sobre a cadeira de Moisés se assentarão os Escribas e os Farizeus. OBSERVAI POIS E FAZEI TUDO QUANTO ELES VOS DISSEREM: porém não obreis segundo a prática de suas ações; porque dizem, e não fazem.* (S. Mateus, XXIII, 2, 3).

Concluída no XIII século a missão do regimen católico-feudal, entrou ele em decomposição espontânea, sob a ação das próprias forças que o constituíam, e cujo desenvolvimento as tornára incompatíveis. Essa decomposição abrangeu os XIV e XV séculos; e durante eles se formáram as ditaduras temporais, pela anulação de um dos elementos da jerarquia feudal; e as igrejas nacionais, pela subordinação do cléro ao poder que triunfou. Nos séculos seguintes a decomposição sistematizou-se; porque se foi formulando, cada vês mais decizivamente, a necessidade de eliminar os fundamentos do regimen mediévo, para reorganizar a sociedade sobre novas bases. Começada com o protestantismo, essa decomposição sistematizada foi rematada pela grande crise ocidental, conhecida na história pelo nome de revolução franceza.

Ora, á medida que a razão moderna se ia emancipando das concepções teológicas, o culto dos mortos ia adquirindo maior desenvolvimento. E assim devia ser; pois que, á proporção que o homem vai perdendo as preocupações do céu e do inferno, os seus afetos e os seus pensamentos vão naturalmente se concentrando nos objétoes que lhe enchem a alma. A comemoração de tudo quanto lhe lembra o amor de que foi e é alvo; as efuzões de reconhecimento pelos benefícios recebidos; a compunção pela insuficiência na retribuição dos bens que lhe proporcionáram; o culto, em uma palavra, pelos guias e companheiros de sua vida, vai invadindo suávemente um coração que a divindade só a custo pudéra momentâneamente usurpar.

Por outro lado, o pensamento da morte se foi engrandecendo. Em vês de ver nela a rutura de todos os laços que prêndem o homem á Humanidade, reconheceu-se que, no ponto de vista político, constitúi ela a base de toda ordem e de

tudo progresso. Porque a legião dos mortos é o ponderador das agitações dos vivos, e o impulso que transfórma essas agitações em uma verdadeira evolução. Demais a morte vai gradualmente destruindo os obstáculos que os vivos opõe á realização dessa acensão para o bem, que fórma o característico do organismo social. No ponto de vista moral, só a morte permite, após uma digna vida, que atinjam plenamente ao supremo ideal das almas nobres, que o Positivismo condensou neste preceito: — *Viver para outrem.*

Começou então também a crescer o acatamento pelo cadáver; porque a alma deixou de ser a entidade misterioza que penetrava no corpo em um momento desconhecido, para de-zampará-lo depois. Ela tornou-se apenas o resultado da organização desse corpo que agóra jazia inerte. Concluindo a elaboração de Bichat, Gall demonstrou que as operações atribuídas á alma éram apenas a consequência do funcionamento dos órgãos cerebrais. Daquele momento em diante, o respeito pelo cadáver passou a ser simplesmente o respeito pelo que nos résta objetivamente de mais sagrado dos entes que nos amáram e que nós amamos.

O mesmo sentimento que nos léva a venerar a effigie, pintada ou esculpida; que nos fás acatar comovidos os objétoes que pertencêram aos deuses de nosso Lar, aos servidores da nossa Pátria, aos beneméritos da Humanidade; centuplica-se e nos ajoelha diante de seus corpos inanimados. Foi aquele cérebro que nos amou; que sofreu por nós, e em nós pensou; e aquele corpo foi o pedestal, e o ezeutor ao mesmo tempo, de toda aquélla dedicação e energia. Com a morte a sua ação bemfazeja não cessou: assimilados em nossos cérebros, eles continuão a concorrer, por nosso intermédio, para a felicidade de nossa espécie. Mas com a contemplação do morto fica em nós mais íntima essa comunhão e aspiramos redobrar de esforços para sermos dignos de tão nobre assimilação. E' assim que o culto das reliquias aviva, com a energia da impressão estérna, as imagens santas das almas que rezumimos em nós.

Néssas condições, o homem sente-se incapáz de profanar o cadáver com qualquer operação, quér tenha por fim a conservação, quér vize um aniquilamento mais pronto. Os sentimentos altruistas, ezaltados, dominão completamente a alma; e, máo grado todas as sugestões do orgulho e da vaidade ajudados do instinto destruidor, e, muitas vezes, do instinto conservador, o homem recuza a consentir que o cadáver de um ente amado venha a ser o objéto de qualquer intervenção supérflua. A ação do tempo marcou-lhe os limites da vida; essa

mesma ação assinala o termo da sua existência cósmica. Desde então a inhumação se afigura a maneira mais digna, porque é a mais simples, de suportar o dilaceramento da despedida extrema.

II

INSTITUIÇÃO CIVIL E NORMAL DO CULTO DOS MÓRTOS

Tendo caracterizado sumariamente a instituição e o desenvolvimento histórico do culto dos mortos até os nossos dias, cumpre examinar em que deve consistir a instituição civil de semelhante culto. Isto quer dizer que devemos examinar como tem a Pátria de intervir nele.

Para isso, cumpre recordar em primeiro lugar que todo homem pertence a uma certa Família, pelo sentimento; a uma certa Pátria, pela atividade; a uma certa Igreja pela inteligência. Portanto, na resolução de qualquer problema moral e político convém não esquecer a esfera de atividade de cada uma dessas associações, cuja harmonia depende das leis que regem a constituição da natureza humana. Ora o estudo científico da política e da moral demonstrão que a base de toda essa harmonia consiste em garantir a plena separação do poder temporal da autoridade espiritual. Isto quer dizer que a sociedade média — a Pátria — deve limitar-se a ezigir de cada cidadão diretamente o concurso imprescindível á existência cívica. Este concurso se tradús por atos indispensáveis á ordem material da sociedade.

Cada Pátria deve também proporcionar às Famílias que a compõem, ou que nelas se acharem acidentalmente, os elementos que forem reconhecidos necessários á existência doméstica. E, finalmente, cada Pátria deve abster-se de prestar a qualquer Igreja elementos que lhe permitão subsistir sem o apoio ativo de seus crentes.

Isto posto, começaremos indicando o alcance social e moral do culto dos mortos, para evidenciar que a Pátria não pode ser indiferente a sua digna instituição.

Todo o sentimento patriótico repouza no amor por uma certa porção do Planeta á qual se achão prezas diretamente as nossas recordações do Passado, as nossas esperanças do Futuro, e as nossas ações do Presente. Toda Pátria supõe, portanto, uma atividade exercida por uma série de gerações, das quais as que subzistem se considerão continuadoras e de-

pozitárias, em proveito das gerações que hão de vir. Sem essa continuidade na cooperação, o sentimento e a noção de Pátria ficão vagos e desde então perdem quazi inteiramente de sua eficácia.

Mas desde que essas condições se realizão, o sólo da Pátria torna-se realmente sagrado; elle foi regado pelo suor de nossos antepassados; em seu seio descânção as gerações que edificarão a nacionalidade de que nos reconhecemos cidadãos. Não é mais simplesmente a porção do Planeta que nos fornece os materiais necessários á nossa subzistência vegetativa; constitúi a séde material de nossas emoções e de nossos pensamentos. Abandoná-lo é quebrar a continuidade de nossas idéias; é, sobretudo, romper a cadeia de nossos mais caros afetos. Como deixar ao dezamparo; como entregar a mãos profanas a urna santa onde estão guardadas as reliquias dos que nos dêrão o ser, e, com ele, a virtude, o saber, a energia; que nos tornarão homens, em uma palavra. Foi pensando em tudo isto, que o grande Danton respondeu, em um momento de angustia, aos que o aconselhávão a deixar a França, afim de escapar á sentença de morte que ameaçava a sua cabeça: — *Partir!... Por ventura leva-se a Pátria na sóla do sapato!*

Si assim é, quem póde desconhecer a importância política e moral do culto dos mortos? Todas as nossas faculdades desenvolvem-se pelo ezercício e têmendem a atrofiar-se pela falta de atividade. Homens que levão a vida arredados da convivência habitual dos mortos, não podem sentir na alma os nobres sentimentos sem os quais não ezistem nem Família, nem Pátria, nem Igreja. E' preciso que com frequência procuremos no seio das gerações que já passarão a força contra as solicitações da hora presente, os estímulos vigorózos que nos levão a viver para o bem das gerações que hão de vir. E' preciso que o pensamento supremo da morte nos desprenda das seduções da vaidade e nos abrañde as sugestões do orgulho, dispondo-nos a elevar cada vês mais a nossa natureza, pela expansão dos sentimentos generózos. E' preciso, em suma, que a contemplação habitual das reliquias de nossos antepassados nos lembre os benefícios que lhes devemos e os ezepllos de civismo que eles nos legarão.

E', portanto, imprescindível que a Pátria garanta, ás famílias cuja colaboração aceita, o culto dos mortos em toda a sua plenitude. E isto não ezigé só que se estabeleção os cemitérios civis, abertos a todos os cidadãos, quaisquer que sêjão as suas opiniões, desde que tiverem consagrado a sua vida a funções reconhecidas úteis. Ezigé também que os cemitérios

estêvão dentro dos muros das cidades, isto é, sêjão de fácil acesso a todos os cidadãos. Como realizar o culto dos mortos, ezilando os seus réstos das cidades para cuja vida eles concorrêrão? Como tornar íntima éssa união entre o pensamento do Passado e a imagem do sólo da Pátria, se justamente o cérebro da Pátria se acha vazio de tudo quanto mais lembre as sublimes tradições das éras que já se fôrão? E como tornar frequente tal convivência com os mortos, si o acesso do seu santuário ezigir o dispêndio de tempo e de capitais de que não dispõe a quazi totalidade da nação? Pois não é evidente que as razões apresentadas, para justificar esse des-terro ezechrando, são apenas argumentos hipócritas, armado pelo industrialismo, para acobertar a imoralidade de seus ganhos? (1)

Mas, para que o cemitério civil preencha o seu fim, é preciso que ali seja o lugar em que os ódios se cálem, os preconceitos divergentes dezapareção, para só deixárem as espansões do amor e da unidade. Ninguém deve penetrar agridhoado naquelle recinto; para isso é necessário que o cemitério civil seja livre. A Pátria proporciona a todos os cidadãos uma sepultura condigna e garante o livre ezercizio de qualquer cerimônia fúnebre; mas ela não deve impedir a ezistência de cemitérios instituídos pelas Igrejas. Ao contrário, lhe cumpre abster-se de qualquer intervenção nas questões que surgirem entre os membros dêssas igrejas, quanto ao uzo dos respetivos cemitérios.

Óra, quando se considêra a maneira pela qual o culto dos mortos se acha instituído entre nós, mesmo nêsta capital, é força convir que a ação do poder civil se tornou ha muito necessária para por termo às mais nefandas profanações.

Comêça a violação da morte no dezamparo em que a caridade teológica deixa o cadáver do mízero operário a quem em vida se néga um lar; na moléstia, as sollicitudes da família; e, na suprema transformação, uma sepultura. Do leito acabrunhador do hospital, passa a vítima para a meza indecorôza do anfiteatro anatômico; e depois de destroçado o ca-

(1) A inocuidade dos cemitérios é fato hoje scientíficamente demonstrado. Uma comissão composta dos Srs. Schutzenberger, Bouchardat, Bourgoïn, etc., assim o decidiu. Vide o opúsculo *Les cimetières sont-ils des foyers d'infection?* Paris, 1881; do qual o *Centro Positivista* publicou uma tradução no *Jornal do Comércio* de 3, 5 e 8 de Abril de 1883. Em ocasião oportuna re-publicaremos em avulso este trabalho.

dáver em nome da ciência, atirão-se, á mesma cóva, os réstos ínfórmes e confuzos de mais de um. E á éssa monstruôza comunidade se denomina o enterro da indigência.

Alguns pretenderão atenuar o ezechrando de semelhante atentado contra a dignidade cívica, alegando o lugar comum de assim o ezigir o serviço dos vivos. Mas o Filózofo que rezumiu a ciência humana e passou a vida inteira no sacrificio de si mesmo já proclamou a inutilidade actual dêssa orgia de dissecação. Similhantes pesquisas não dêvem ser consentidas, sinão nos cadáveres daqueles que a sociedade houver repudiado de seu seio, condenando-os á pena capital, e nos corpos dos que, em vida, assim o tivêrem determinado. Portanto, si são sincêros; si é o amor da ciência e o amor da Humanidade que móve os anatomistas modêrnos; eles que entrêguem os cadáveres próprios, às profanações cuja necessidade e utilidade apregôão. Mas, para dar pasto a uma curiosidade sacrilega, não violem o recato da mízeria e não endureção o próprio coração, insultando os fracos indefezos.

Não menos lastimável é a sorte dos pobres que por acaso são subtraídos ao enterro de indigência, e conseguem uma sepultura especial por alguns anos. Basta entrar em nossos cemitérios para ver que jamais se cogitou em que a sepultura fosse um lugar de recolhimento e oração. A nesga de terra que separa as campas umas de outras é tão estreita, que seria impossível apossimar-se de uma dêssas sepulturas, si cada uma dêlas tivêsse em torno de si uma simples grade. Ao passar por aqueles lugares, o coração se apêrta; porque, máugrado todo o cuidado, o vizitante não sabe si não terá sob os pés os réstos de seus concidadãos trespassados. Nêstas condições, onde ajoelhar? Onde achar repouzo para a meditação?

Demais, que dignidade eziste no caixão fúnebre imposto pelo monopólio? Construído sem consistência, mal aparenta com mesquinha estofa a gravidade que dêve rezumar em todos os aprestos consagrados aos mortos. Que dignidade eziste em cóvas abêrtas como as ezeutaria qualquer das espécies animais que não tivêrão o desenvolvimento social e moral da nôssa? Pois a indústria humana ha de sómente esgotar os seus recursos em multiplicar os gózos dos vivos, sem proporcionar aos mortos as migalhas si quêr de sua opulência? E é em face desses sacrilégios que se ouza apregoar o respeito que a Igreja do Estado vóta ao mortos? Que mais pungente demonstração da insuficiência dos motivos teológicos poderá ser dada?

Não são, porém, os pobres os únicos que sofrem as consequências da incúria teológica e da especulação industrialista, em relação ao culto dos mortos. As classes mais bem aquinhoadas, conquanto em menor escala, não gozão, entre nós, de condições assás convenientes a tal respeito. Os carneiros já são suficientemente dignos, isoladamente considerados; mas falta entre elles o espaço necessário para a oração. Quanto aos caixões fúnebres, estão nas mesmas condições que os das classes menos favorecidas, salvo o preço maior dos ouropéis e lentejoulas.

Ha finalmente um ponto sobre o qual devemos ainda chamar a atenção dos nossos concidadãos. Referimo-nos ao modo pelo qual se fás a trasladação dos mortos. Não é preciso insistir para reconhecer-se que esse acompanhamento, em uma carreira vertiginóza, é incompatível com a magestade de tão augusta cerimônia. Todo recolhimento dezaapparece por semelhante fórma, além da impossibilidade em que ficão os pobres de acompanhar os seus mortos á derradeira morada. Por isso é que, salvo exceções pessoais, os préstitos fúnebres devião fazer-se a pé, conservando-se apenas o carro mortuário, como aconteçe em Paris.

Instituido nas condições que acabamos de apontar, o culto dos mortos ezigiria que o cemitério se tornasse um monumento mais dispendiozo de que o é atualmente para os que com ele negocião. Mas nenhum estadista ao nível das necessidades de nosso tempo pôde desconhecer que nunca haverá despesa mais produtiva. Com efeito, tanto maior será a Pátria quanto mais se retemperar a natureza moral de seus filhos; já apurando-se o sentimento de veneração que é a base de todo civismo; já meditando-se o ezemplo dos antepassados e identificando-se com as suas aspirações. Refletindo no alcance politico e moral do culto dos mortos, se é levado a reconhecer que o cemitério é a primeira das escólas, por isso mesmo que é o mais ecelente dos templos. Nas escólas de instrução só se pôde atuar dirétamente sobre a intelligência; e é por meio desta que se alcança modificar o sentimento. Mas essa operação é penóza e mui frequentemente se malógra. Na frequência do cemitério, ao invérso, o sentimento, — o motor supremo da eziistência humana — é o attributo dirétamente afetado e a intelligência se disciplina e avigóra pela reacção daquele sobre éla. "Os grandes pensamentos vêm do coração", disse Vauvenargues.

Paréce-nos inútil demorar-nos mais tempo para mostrar o assinalado serviço que à Pátria prestarão aqueles que con-

correrem, na medida de suas forças, para instituir dignamente entre nós o culto dos mortos. Para isso urge que seja estabelecido o cemitério civil, sem dependência de qualquer autoridade eclesiástica, mas sem impedir de fórma alguma, conforme dissemos, que as comunhões religiosas ou quaisquer associações têmhão cemitérios seus.

No momento presente essa liberdade dará como rezultado a criação de vários cemitérios, além do cemitério civil: é uma consequência natural e inevitável da anarquia mental e moral em que se acha a sociedade moderna. Mas essa anarquia não pôde durar indefinidamente; e dia virá em que as intelligências se harmonizem, os corações se unifiquem e uma nóva fé, não mais teológica ou metafizica, mas sientífica, raie para o Ocidente e para a Terra inteira. Então, a par do cemitério civil, manter-se-á apenas o cemitério da Igreja Universal; não em virtude de uma imposição dos governos, mas pelo consenso unânime das consciências, que garantirá etérnamente a liberdade espiritual, como a milhór garantia da *Ordem* e do *Progrêssio*.

Tirando á Igreja qualquer intervenção nos cemitérios civis, déve o Estado suprimir também todos os monopólios relativos ao serviço funerário. Assim como ao cidadão deixa a Pátria a determinação do ritual segundo o qual será sepultado, assim lhe cumpre deixar, a ele e aos seus, a escolha daqueles a quem confiará a trasladação do seu cadáver. Essa liberdade é tão imprescindível como a primeira; visto como a prepotência eclesiástica não meréce mais ser repelida do que a sordidês da cubica industrialista. Da combinação das duas resulta em grande parte o estado em que se acha o culto dos mortos entre nós.

III

EZAME E REFUTAÇÃO DAS OBJEÇÕES

(PARECER DA COMISSÃO DO SENADO)

Entendida como acabamos de indicar, a secularização dos cemitérios não pôde repugnar a nenhum coração bem formado e a nenhum espirito réto. Mas este opúsculo ficaria incompleto si não apresentássemos algumas considerações acerca do parecer que a maioria da comissão do senado acaba de consagrar a semelhante matéria. Não ha dúvida que o projéto da câmara não déve ser admitido integralmente; porque

revolução franceza. Isto é, não foi a catolicismo áureo de Hil-debrando e S. Bernardo, — o catolicismo da completa separação entre o poder temporal e a autoridade espiritual, — que a Constituição aceitou. Foi o catolicismo tal qual ficou depois da decomposição espontânea do regimen católico-feudal nos XIV e XV séculos, pela constituição da ditadura real e a subordinação dos cléros locais, sob a forma de *igrejas nacionais*. Mas esse mesmo não foi reconhecido integralmente, com seu espirito absolutamente intolerante; não foi a ditadura de D. João VI e seus antecessores. Foi a combinação desse catolicismo regalista com as idéias de plena liberdade espiritual que os filósofos do XVIII século tinham propagado, e que vencerão definitivamente com a explosão de 1789. (1)

Vê-se que o objetivo do legislador foi atender ao fato de que a maioria, a quazi totalidade da nação seguia o *culto* católico, por um lado; e, por outro lado, garantir a liberdade espiritual que não podia desconhecer como devendo ser respeitada em todos os homens. Sem este ponto de vista histórico, a nossa lei fundamental torna-se incompreensível.

A este propósito convém notar que houve posteriormente um regresso, por ocasião de elaborar-se o código criminal; pois que aí foram introduzidas restrições á liberdade espiritual, evidentemente contrárias á letra e ao espirito da constituição, e, como tais, nulas legalmente.

Isto posto, vejamos o segundo ponto: a admissão de qualquer instituição reclamada pela liberdade espiritual exigirá a reforma da Constituição, quando a essa instituição se opuzer a Religião Católica Apostólica Romana? A esta pergunta responde o art. 178 da mesma Constituição:

(1) Mencionando a data 1789 queremos sómente indicar o início do heroico movimento, em cuja faze decisiva domina o vulto magnânimo de Danton (10 de Agosto de 1792 a 5 de Abril de 1794). Fazemos esta observação porque muitos dos nossos políticos, com uma incoerência que só se explica por absoluta falta de critério filozófico no estudo da história, pretendem estabelecer um antagonismo entre 1789 e 1793, aceitando a primeira data e repudiando a segunda. No entanto, a solidariedade de ambas é tal que, sem esta, a outra assinalaria apenas uma tentativa malograda. Portanto, a abstenção do Brazil, ou a sua participação com tal restrição, nas festas com que a França vai celebrar o centenário da *posição definitiva do problema da reorganização social* constituirá uma monstruosa ingratitude.

Art. 178. "E' só Constitucional o que dá respeito aos limites e atribuições respectivas dos Poderes Políticos, e aos Direitos Políticos, e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é constitucional, pôde ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias".

Logo, para sustentar que a secularização dos cemitérios não pôde ser estabelecida sem a reforma da Constituição, é preciso provar que semelhante instituição fere os limites e atribuições respectivas dos Poderes Políticos e os Direitos Políticos e individuais dos cidadãos. Ora, ao contrário disso, ninguém contestará que a instituição do cemitério civil consiste unicamente em tornar efetivo art. 179 §§ V, XIII e XVI, da Constituição. Esses parágrafos não consentem que as sepulturas dos acatólicos sejam atiradas a um canto, sem dignidade, como o parecer da comissão o pretende.

Quanto ao 2º tópico do aludido parecer, pouco basta para mostrar a sua improcedência. Vê-se que os Srs. senadores deixarão-se levar pelo pensamento de que os brasileiros dos § 1º, 2º e 3º do art. 6º *que já não são católicos*, estão todos rezignados a manter o sistema de hipocrisia até ha pouco unânime seguido. Consiste esse sistema em prevalecer-se da relaxação da disciplina teológica para receber os sacramentos da Igreja Católica, persistindo em dizer-se seu filho quando se não tem por ela o mais insignificante respeito. Mas os Srs. senadores enganarão-se; nós os positivistas brasileiros, todos compreendidos nos §§ mencionados, queremos as instituições civis da Família para nós, e não por cauza dos imigrantes. Amigos de todo homem onde quer que ele se ache, não aceitamos todavia esse cosmopolitismo que consiste em não ter afinal Pátria alguma. Pensamos que o Brazil deve estender a mão hospitaleira a todos quantos procurarem no seu seio um abrigo no infortúnio, contra o qual não tiverão a coragem ou a possibilidade de lutar na Mãe-Pátria. Mas não temos cessado de protestar contra essa propaganda anti-patriótica que quer converter a nossa nacionalidade em engodo de todas as paixões ruins, e dos povos menos assimiláveis a nós, por seus antecedentes históricos.

Portanto, não é de imigração que se trata; o problema a resolver consiste em dar aos cidadãos brasileiros, — tão brasileiros como os que mais forem, — as liberdades que os nossos costumes exigem e que a Constituição nos garantiu. A resolução desse problema nos irá encaminhando para a completa separação do poder temporal do espiritual, separação sem a

qual será impossível por termo à anarquia mental e moral em que se acha o Ocidente.

Quanto ao 3º tópico, bastará notar que a apropriação não é absoluta. Si a Pátria pôde ezigir dos seus filhos o próprio sangue quando o bem público o requér, pôde com maioria de razão privá-los da parte do capital material de que estiverem de posse. A impossibilidade da indenização não é pois motivo suficiente para impedir a realização de medidas impre-cindíveis. Apresentamos essas considerações só para evidenciar que, perante o bem público, o argumento em questão não tem o alcance que se pretende dar-lhe. Mas este terceiro tópico perde ainda mais de sua força, quando se refléte que, a vista das razões que já espuzemos, a liberdade espiritual e exige a coexistência de cemitérios eclesiásticos e de cemitérios civis.

A ezequibildade da lei, nos termos em que a sustentamos não pôde ser matéria de dúvida para ninguém. Por um lado, as despesas da instituição dos cemitérios não são superiores aos recursos de cada localidade; mesmo porque o culto dos mortos despertará a liberalidade dos cidadãos. E de fato os trabalhos essenciais a realizar, por conta de cada municipalidade, exigem despesas que podem ser proporcionadas às posses da comuna respetiva. Seria na verdade curiozo que uma tribu fetichista, ainda no estado nômade, pudesse realizar a instituição dos cemitérios e que uma coletividade civilizada fosse incapás de tanto.

Por outro lado, o cemitério civil não fére as crenças de ninguém. Os católicos, como quaisquer religionários, poderão manter cemitérios especiais, se o julgárem conveniente. A dotação do culto do Estado poderá igualmente ser aplicada em parte para tal fim, si os bispos assim o entenderem. Em suma, são questões de consciência com as quais nada tem o Governo.

Seja como for, o incontestável é que, nas capitais, a começar por ésta, desde que o cemitério municipal oferecer ao culto dos mortos condições convenientes de dignidade, mesmo os que se dizem católicos espontâneamente o procurarão. E essa preferência reagirá sobre o cléro, teológico fazendo com que ele se esforce por introduzir nos cemitérios de sua jurisdição o respeito pelo cadáver, de que até hoje mal cuidou.

Tais são as reflexões sumárias que, em nome de nossos confrades e por incumbência de nosso chefe, o Sr. Miguel Lemos, julgamos oportuno oferecer a nossos concidadãos.

Talvês que, ainda desta vês, seja baldado o nòsso esforço no presente; mas, seguros do caminho que trilhamos, saberemos aguardar com firmeza e resignação que a verdade e a justiça triúnfem.

R. TEIXEIRA MENDES

(Rua de S. Izabel n. 10)

N. em Caxias, a 5 de Janeiro de 1855.

Rio de Janeiro, 12 Gutemberg de 99.

(24 de Agosto de 1887).

—:—

Catálogo das Publicações da Igreja e Apostolado Pozitivista do Brazil

ESTRATO

99 — Catecismo Pozitivista; por Augusto Comte. Tradução e notas de Miguel Lemos. 1890 — (4. ^a edição — 1934)	6\$000
194 — Apelo aos Conservadores; por Augusto Comte. Tradução e notas de Miguel Lemos — 1899..	4\$000
179 — Biografia de Augusto Comte; por J. Lonchampt. Tradução e notas de M. Lemos — 1898	5\$000
91 — A secularização dos cemitérios; por Miguel Lemos. 1890	\$200
124 — A comemoração civica de Benjamin Constant e a liberdade religiôza; por R. Teixeira Mendes — 1892	1\$000
135 — A secularização dos cemitérios e o privilégio funerário; por M. Lemos e R. T. Mendes: I carta à redacção d'O Paiz; II Representação ao Conselho Municipal; III. Carta ao Dr. Ferreira de Araújo; IV. Carta ao Intendente Dr. J. B. Capelli — 1893	\$200
193 — O privilégio funerário e a indenização à Mizericórdia no Rio de Janeiro; por R. T. Mendes. 1899	\$400
199 — A secularização da assistência pública e o privilégio funerário; por M. Lemos e R. T. Mendes. Diversos anéxos — 1900	1\$200
231 — O Privilégio funerário da Mizericórdia. 1909..	\$200
278 — Ainda a manutenção do privilégio funerário da Mizericórdia — 1909	\$100

Obras de Augusto Comte

Système de philosophie positive — 6 vols. in 8° Paris — 1830-1842.

The Positive Philosophy, freely translated and condensed by Harriet Martineau. 1853 — 2 vols. in 8° — Tradução franceza por Avezac-Lavigne.

Géométrie analytique — Paris. 1843 — 1 vol. in 8°.

Traité philosophique d'astronomie populaire — Paris. 1844 — 1 vol. in 8°.

Système de Politique Positive ou Traité de Sociologie instituant la Religion de l'Humanité — 4 vols. in 8° — Paris — 1851-1854.

Catéchisme Positiviste — 1 vol. in 12 — Paris. 1852. Tradução portugueza e notas por Miguel Lemos.

Appel aux conservateurs — 1 vol. — Paris. 1855. Tradução portugueza e notas por Miguel Lemos.

Synthèse Subjective — Tome 1^{er} — Système de Logique Positive ou Traité de philosophie mathématique — 1 vol. in 8° — Paris. 1856.

Testament, avec les documents qui s'y rapportent. Prières quotidiennes. Confessions annuelles. Correspondance avec Mme. Clotilde de Vaux — 1 vol. in 8°.

Circulaires annuelles — 1 vol.

Essai sur la philosophie des Mathématiques — Brochura — (1819-1820).

Lettres á Valat — 1 vol. in 8°.

Lettres á J. Stuart Mill — 1841-1844 — 1 vol. in 8°.

Lettres á divers — 2 vols. in 8°.

Correspondance inédite — 4 vols. in 8°.

Lettres au Dr. Robinet et á sa famille — brochura.

Lettres inédites á Blignières — 1 vol.

Lettres et fragments de lettres — 1 vol.